

PERCURSO DA OBRA POÉTICA DE RUI KNOPFLI E MANUEL ALEGRE: UMA ESCRITA DE SI

ROUTE OF THE POETRY OF RUI KNOPFLI AND MANUEL ALEGRE: SELF WRITING

KELLY MENDES LIMA*

Resumo: O artigo apresenta uma breve análise sobre o percurso poético da obra do moçambicano Rui Knopfli (1932-1997) e da do português Manuel Alegre (1936-) em correlação com experiências públicas, de ordem sócio-histórico-política, em particular o exílio, daqueles sujeitos autores. Para tanto, aborda os conceitos de escrita de si (M. Foucault) e de literatura viva (José Régio e Emerson da Cruz Inácio), aponta os (des) caminhos daquelas produções literárias e, então, para melhor estudá-los, associa eventos e discussões quanto a deslocamentos geográficos (exílios e 'desexílios', a partir de E. Said e M. Benedetti) e subjetivos ('insílios', com Paul Ilie e Miriam Lidia Volpe).

Palavras-chave: Literatura Comparada, Literaturas de Língua Portuguesa, Escrita de Si, exílio

Abstract: The paper aims to present a brief analysis on the poetic route of the Mozambican Rui Knopfli (1932-1997) and the portuguese Manuel Alegre (1936-) in correlation with public experiences, of socio-historical-political order, in particular the exile, of those subjects authors. Therefore, it deals with the concepts of self-writing (M. Foucault) and living literature (José Régio and Emerson da Cruz Inácio), points the (dis)paths of those literary productions and, therefore, to better study them, associates events and discussions about geographic displacements (exiles and 'desexiles', from E. Said and M. Benedetti) and subjective ones ('inner exiles', with Paul Ilie and Miriam Lidia Volpe).

Keyword: Comparative Literature, Literatures in Portuguese, Self Writing, exile

* Professora do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

A leitura da obra poética do moçambicano Rui Knopfli (1932-1997) e da do português Manuel Alegre (1936-) provoca, além de deleite estético e intelectual, um certo grau de curiosidade quando cotejada com algumas experiências públicas, de ordem sócio-histórico-política, daqueles sujeitos autores. Uma delas em especial perpassa toda a produção e parece fulcral para seu desenvolvimento: a experiência do exílio. Para operacionalizar uma análise acadêmica, técnica e teórica, ainda que breve, por esse viés que implica em alguma medida um quê do privado, de experiência subjetiva, comecemos pelo conceito de “escrita de si”, que traz luz a esse percurso, e o de “literatura viva” para assentá-lo.

A “escrita de si” é trabalhada por Michel Foucault em artigo de mesmo título, publicado em 1983, um ano antes da morte do pensador francês, e integra um projeto mais amplo: a realização de uma genealogia da noção de sujeito (ético) no Ocidente. Nos seus três últimos cursos, Foucault dedica-se à investigação, a partir da cultura greco-romana e do cristianismo primitivo, das formas e práticas do “cuidado de si”, ou a “estética da existência e o domínio de si e dos outros”. E o uso da escrita tem um lugar proeminente nesse contexto, seja nas ascetes do tipo filosófico, seja do religioso.¹ Na busca por entender melhor a questão ali, analisa os *hupomnêmata*, espécie de “livros de vida”, com anotações de fragmentos selecionados significativos de toda sorte (como citações, narrativas, exemplos, retirados de obras, de escutas ou de experiências). Esse “tesouro acumulado” deveria ser acessado sempre que possível, pois, mais do que um “suporte de memória”, deveria ir se integrando à alma, a forjando, moldando, a se tornando.

O “relato epistolar” também teria importância como uma “escrita de si”, e inclusive poderia contar com material daquelas cadernetas de notas, os *hupomnêmata*. Há uma aproximação entre esses textos, o de processo de reflexão *no* registro (a própria seleção já implicaria uma reflexão, uma escolha em função de algo relevante, e também na medida em que a registra, escreve) e *a partir* dele, a partir desse registro. Há, porém, uma diferença, que reside quanto a um certo “destinatário” ou “interlocutor” – se os “livros de vida” são para si, as correspondências exigem um outro, a quem acaba então por “‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro” (FOUCAULT, 2004, p. 156).

¹ Cf. FOUCAULT, 2004.

O terceiro texto que aborda é a “anotação monástica das experiências espirituais”, em que se registram ações e pensamentos, com vistas também à reflexão e, em particular, a combater condutas e ideias consideradas pecaminosas, uma vez que essa escrita funcionaria como a presença de um alguém como estatuto moral – é quando já entra uma instância “castradora”, de feições punitivas e em função da qual se procura moldar não só o que se faz, mas também e até mesmo o que se pensa.

Em síntese, essas escritas pressupõem um outro (seja como uma espécie de fonte, diálogo, destino ou censura), que poderiam de alguma forma atenuar uma solidão, e ajudar a conformar, a dar a forma ideal de se pensar e se conduzir no mundo. Nesse sentido, trata-se de operar uma compreensão e/ou transformação por meio de uma meditação associada ao exercício da escrita, que no final das contas seria um exercício de si.

É então, de certa forma, em um diapasão do eu-outro que se configura inicialmente essa escrita de si (‘escrita’ tanto no sentido gráfico-verbal, quanto no sentido de reflexão e formação de si, de ordem ética/ontológica). Isso nos remete diretamente a Rui Knopfli e Manuel Alegre e seus diálogos – que não escondem –, diálogos formativos, trabalhos de citação com toda uma produção literária anterior e contemporânea a eles. Mas não só: o sentido meditativo, reflexivo, de busca por compreender a si próprio e ao mundo – aliás, tema em ambos os poetas, a Poesia como procura do sentido de si, do mundo, da vida.

Knopfli e Alegre provavelmente concordariam com uma leitura por esse viés. Ainda que o “si”, que o “eu” tenha sofrido tantas modificações em seu conceito nos séculos que separam aquela escrita da operada por nossos autores (se revelando ao final como um sujeito não essencial, incompleto, suscetível de auto-criação), o aspecto de reflexão e compreensão (de si e do mundo) e formação de si (e esta formação pode até ser privada, mas a pensamos aqui como a pública, como a formação de uma imagem de si para os diferentes tipos de leitor) permanece – e os poetas remetem e repetem, em textos literários e não literários, sua concepção de poesia como ligada a isso. Suas experiências, sejam as mais próximas, um tanto imediatas, sejam as já tornadas pura memória, são então transformadas em um certo tipo de substrato, em matéria poética. Não se trata simplesmente de contar sua vida, mas de “elaborar um texto artístico, no qual sua vida é matéria contingente” (KLINGER, 2007, p. 39) – e, ao mesmo tempo, o que permite narrar-se.

A “transmutação” de experiências naquele contexto de Estado Novo português, de guerras coloniais/independentistas, desenvolvimento de nacionalismos africanos, de exílios e insílios políticos para o texto literário também pode ser observada pela ótica da “Literatura Viva”, conceito inicialmente proposto pelo poeta português José Régio (1901-1969) e recuperada e atualizada pelo estudioso Emerson da Cruz Inácio.

Para Régio, uma saída para o que chamou de “literatura morta”, a associada a uma “literatura profissional”, “burocrata”, de “exagerado gosto da retórica”, seria a “literatura viva”, insuflada mesmo pela vida de seu autor, tornando-se ágil, rica, colorida, complexa, como a própria vida é, além de fatalmente original (RÉGIO, 1977). Como observa Inácio, trabalhando o conceito a partir da obra do poeta português Al Berto, “ao se pautar na exposição poética de uma subjetividade que se confunde com a sua própria existência biográfica, [se] mostra literariamente a vida sendo exposta no texto enquanto tema e procedimento” (INÁCIO, 2013, p. 145).

A partir dessa concepção e desdobramentos apresentados por Régio em artigo sobre a questão publicado na revista *Presença* (de 10 de março de 1927), Inácio avança observando que, assim, não se trata apenas da “esteticização da vida, mas também da vivificação da arte baseada nas experiências do indivíduo e na sua forma de se colocar no mundo”. E ainda: que o texto “vivo” permite ver a vida também como manifestação artística, em que o próprio corpo é o “local dentro do qual a própria poesia reside” (INÁCIO, 2013, p. 22).

Relações tão estreitas entre vida e poesia (e, no caso de nossos autores literários em questão, relações entre vida, corpo e poesia, a exemplo do que ocorre em *O escriba acocorado* knopfliano, de 1978, e *Senhora das tempestades* alegriano, de 1998) implicam também considerar a morte. A morte do sujeito, se é o fim da linha para aqueles corpos, é a continuação daqueles discursos; a morte abre a possibilidade para que o texto poético siga sozinho carregando e presentificando aqueles seres enquanto imagens discursivizadas.

No caso do poeta africano, a imagem desenhada de seu sujeito poemático dialoga com suas experiências em Moçambique, principalmente ainda sob o jugo colonial português, incluindo querelas político-literárias. Seu deslocamento, em princípio metafórico, já que demora a sair efetivamente do país, ocorre em particular por seu não alinhamento completo ao discurso da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), e, por consequência, seu não alinhamento de

que a arte literária era uma arma ideológica no combate a ser travado abertamente contra o inimigo português.

Seu primeiro livro (*O país dos outros*, 1959), ainda que timidamente, e seu quinto livro (*A ilha de Próspero*, 1972), um pouco mais, chegaram na verdade a levar poemas de cunho libertário anunciando ou mostrando embates armados encetados. No entanto, esses livros, assim como os publicados em seu interstício (*Reino Submarino*, 1962, *Máquina de areia*, 1964, e *Mangas verdes com sal*, 1969), já demonstram o que viria a se acentuar cada vez mais em sua poética: uma vertente lírica, ocupada em tratar de um “eu” solitário, à margem, que se vê proscrito de sua pátria e incompreendido.

Assim, em *O país dos outros*, ao lado de “Lírica para uma ave”, poema “premonitório” quanto à guerra que se iniciaria dali a três anos (“céu de chumbo e baionetas / caladas, / sobre uma floresta de sono / e demência”, “escuro cerne da floresta” (KNOPFLI, 1982, p. 37), temos outros tantos em que perpassam sentimentos de exclusão, melancolia, desilusão, agonia, saudade; há distanciamentos, despedidas, perdas; é quando há, em geral, uma relação já destruída com o ente amado e do qual está prestes a se separar definitivamente. Em *Reino Submarino*, e também em *Máquina de areia*, esse sujeito, de relação rompida, está distanciado (e sem possibilidades de reaproximação). Essas temáticas, de não combatividade explícita (ou mesmo implícita, de pequeno grau), na contração do que era o principal do *modus operandi* daquelas literaturas africanas de língua portuguesa naquele momento de autoafirmação e delineamento de nacionalismos e identidades, renderam-lhe críticas ferrenhas à época (e, ainda hoje, ainda que muito menos, é fato, um certo lugar dúbio à sua produção na história literária de seu país – a despeito inclusive de autores moçambicanos de gerações subsequentes, como Eduardo White, o considerarem nome de referência ao lado mesmo do de Craveirinha) – o que só acentuou seu caráter de “fora do centro”. Embora tenham sido travados diversos embates no cenário literário e jornalístico da época, o que soa bastante claro é uma disputa em torno do que seria Literatura – Arte ou Engajamento? Knopfli “ousa”, naquele momento, a achar e a fazer como Arte, e Arte essencialmente subjetiva, o que permite a ser pensado hoje como uma verdadeira “vanguarda”, como coloca o pesquisador Mário César Lugarinho (2003, p. 318).

Sentir-se descentrado, desiludido, desamparado, incompreendido, todavia, não fez com que pudesse ignorar seu anseio por uma pátria. Inicialmente, esse

era seu país, que, de tanto negá-lo, passa a se relativizar. Se pátria era seu espaço natal, seu país, suas gentes, devido à sua possibilidade de participar ou se sentir parte de um “corpo pátrio”, coletivo, aparta-se, ensimesma-se e tem seu ápice na reformulação de sentido para tal conceito: em *Mangas verdes com sal*, enunciará: “a pátria somos nós”, a pátria é o corpo individual de cada um. Contudo, ainda não é uma definição final, haja vista que o corpo é finito, sofre a decrepitude, altera-se, é instável ao longo do tempo, e apresenta como futuro certo seu fim, sua morte. Em *O escriba acocorado*, de 1978, seu livro *de e sobre exílio* – já não é mais “apenas” o separar-se, é o exílio mesmo, inclusive nomeado –, apresenta uma nova visão para ‘pátria’. Knopfli passa a entendê-la como a língua portuguesa (repetindo, por exemplo, Jorge de Sena – a propósito, citado em epígrafe à obra), não a língua como idioma, mas como linguagem literária. A pátria, perene, que consola e conforta, que congrega pertencimento e solidariedade, é a Poesia.

Os livros seguintes, *O corpo de Atena* (1984) e *O monhé das cobras* (1997) permanecerão por esse caminho, retomando o ostracismo, a traição, a memória e o que é possível sobrar de tudo isso, de toda a vida, o que é possível suplantar a tudo isso, a toda a vida, a própria Poesia.

Por sua vez, o poeta português Manuel Alegre, militante efetivo contra a ditadura portuguesa, tem, em princípio, melhor destino, já que possui o apreço popular. Seus dois primeiros livros, *Praça da canção*, 1965, e *O canto e as armas*, de 1967, serão recebidos efusivamente pela população ansiosa por expressar seu descontentamento naquele contexto. Ainda assim, no entanto, isso não será a salvação de Alegre, pois que têm sobre ele o peso do exílio, do sofrimento da guerra colonial, da prisão, de um desterro posterior, depois um retorno a seu país que é incompleto, seus desentendimentos políticos, mais à frente o peso da crítica da Academia, e ainda o da passagem do tempo, as doenças e o vislumbrar da morte.

Se *Praça da canção* e *O canto e as armas* são obras que carregam a militância, que entendem a escrita como arma, de luta por uma pátria livre, do povo e para o povo, de uma certa utopia no horizonte, que revisitam e questionam “valores lusitanos” (como mar, aventura, superioridade), também desvelam, ainda que menor grau, componentes não tão eufóricos, como a situação de sem pátria, de exilado. Ainda assim, compõem ali traços épicos, de um “nós” que fala e pelo qual se luta.

Um barco para Ítaca, de 1971, porém, vem trazer novidades. Se ainda há uma utopia, ainda que um lampejo seu, há essencialmente conflito, melancolia, e tragicidade. Trata-se de um poema dramático, com estreitos laços com a *Odisseia* homérica (talvez até uma adaptação, uma atualização do texto épico para aquele momento português como percebido pelo sujeito alegreano) em que Ulisses retorna a seu espaço, à sua Ítaca, tão ansiada. Contudo, o retorno não se revela o suficiente como resposta para o fim de um exílio: Ulisses não se reconhece mais ali. Sua volta é incompleta, pois que já não volta completo, já não volta o mesmo – não é reconhecido nem se preocupa em se fazer reconhecer; descobre-se perdido a despeito do retorno.

Reside aí, então, uma nova percepção para pátria: não se trata mais daquele espaço original, integrador, da memória afetiva, da coletividade, do pertencimento e de traços identitários. A pátria não está fora, a pátria é interna, está dentro de si – e é necessário um barco para encontrá-la (e, em diversos textos em diferentes gêneros, entende-se que a figura recorrente do barco refere-se à Poesia). É necessária a Poesia para se encontrar a pátria, individual, dentro de cada um.

Depois de *Um barco para Ítaca*, Alegre publica dois livros poéticos de menor envergadura, *Letras*, 1974, e *Coisa amar*, de 1976 (este sim totalmente com o poeta já de volta do exílio, de retorno após a Revolução dos Cravos). Em ambos, até comparece um tom épico, porém, há um lirismo incipiente. O amor é o que importa. De “aquém-mar” para “a-quem-amar”. O sentimento amoroso como o que sobra de antigas utopias coletivas. No entanto, vale observar, é repleto de transitividade, de presença de um Outro; não se propõe como individualista, egoísta ou frio, apenas pende para o lírico, para a subjetividade e para os afetos, sem deixar de lado uma postura humanista – algo da ordem do que o filósofo francês Luc Ferry pondera como uma nova ética em voga, um “novo humanismo”; para ele, as pessoas não são mais capazes de se sacrificar pela pátria ou pela revolução (estas não são mais sagradas), o único elemento a nos conduzir é o afeto, são as pessoas a quem, de alguma forma e em algum grau, amamos (FERRY, 2007).

Em 1981 (já pós Revolução dos Cravos e o Novembro de 1975, já quando há, mesmo em Portugal, claros problemas dentro da própria esquerda, entre partidos e dentro de partidos), publica *Atlântico*, livro de fôlego, pós-exílio, que pode ser considerado, como o fez Lugarinho (2005), o fechamento de seu ciclo épico.

Ali revisita temas da história portuguesa, mas é também onde declara-se, diante da desilusão, errante e “do contra”. É em Atlântico que declarará que o que resta é a Poesia, vislumbrada como o único caminho possível – e esta (a Poesia) será o tema central do livro seguinte, de 1983.

Neste ano, publica *Babilônia*, obra em que aprofunda na poesia como espaço de busca – não é de certezas, porém, de procuras, de inquietação. Quando, diante da percepção de que seria necessário um novo “sermão da montanha”, descobre que o que há a ser visto a partir da montanha, “o último oásis”, é apenas “o poema” (ALEGRE, 2009, p. 424). Dito de outra forma, o livro em questão é babilônico, com semas de exílio, cativo, distopia, solidão, decadência, e também de tentação – no entanto, sua saída não é antiga Sião, não é a ela que se retorna, não há a certeza ancorada nesse passado – sua saída é a busca, constante, inquietante, quiçá bonificada ao final, de qualquer modo só possível pelo texto poético.

Os livros seguintes (*Chegar aqui*, 1984, *Aicha Conticha*, do mesmo ano, *Vésperas da batalha*, 1989, *Rua de baixo*, 1990 e *A rosa e o compasso*, de 1991), em geral, recuperam o exílio, o regresso completo impossível, a Revolução em partes falhada, mas não sem trabalhar a questão de (sobre)viver por meio da Poesia.

É em 1992, com o *Com que pena*, que Alegre retoma a centralidade da poesia, desta vez, a abordá-la essencialmente desse ponto de vista da permanência: a Poesia é o que resta, é o que resta das antigas utopias, é o que resta das experiências e o que restará da existência – como no caso do poeta a quem dedica o livro em seu subtítulo “20 poemas para Camões”, aquele que é “intertexto intervida intersemântica” (ALEGRE, 2009, p. 534). E tudo isso permitido pela língua, a língua portuguesa em função poética.

Essa vertente continua no ano seguinte, com a publicação de *Sonetos do obscuro quê*, essencialmente de metapoesia – que também está presente nos outros três livros (*Coimbra nunca vista*, 1995, *Alentejo e ninguém*, 1996, *Che*, do mesmo ano), e ainda em *Senhora das Tempestades*, de 1998, quando, ao lado de discussões sobre a escrita, está a do corpo-poesia: a poesia é escrita, mas é também visceral, é também composta de sangue, artérias, veias, é composta de vida (a poesia que escreve tem a ele inscrito), é composta de vida e também de morte.

A morte, que se faz obsessão, gera angústia, gera pressa em conhecer enquanto ainda há tempo. E como conhecer e escrever estão interligados, há, portanto, uma ânsia em escrever. Novamente, a escrita, que é caminho, que é ir, virá ao lado de seu duplo, a permanência, o ficar, e o desejo de infinito. Em *Livro do português errante*, de 2001, solidifica-se essa compreensão.

Em *Sete sonetos e um quarto*, de 2003, parece-nos o único, desde *Atlântico* até o último livro analisado, a ter a centralidade em outro tema que não a Poesia. Nos livros de 1983 a 2008, a Poesia não aparece só – há a questão da memória, dos afetos, de vida e de morte, do amor – mas aqui é o sexo o eixo (talvez até uma leitura para o “um quarto” do título, que se refere à metade da metade de um soneto – o último tem apenas uma estrofe – pode ser também metonímia ou mesmo metáfora do espaço privado e íntimo para a consumação do prazer físico ora associado sentimento amoroso). Todavia, há ainda um campo semântico aproximado daquele que se desenha à volta desse livro – como a proximidade do ocaso, o medo da morte, a ânsia de vida e uma certa pulsão de vida, associada ao sexo.

Os livros seguintes (*Doze naus*, 2007, *Escrito no mar*, 2007, e *Sete partidas*, 2008) ensaiam alguma retomada de outros temas ainda, como a da ortografia da História, mas fatidicamente retornam àqueles de depois de *Atlântico* – e findo o tempo de exílio físico: o envelhecimento, a memória e, principalmente, a escrita poética.

Observando, então, o percurso literário de Manuel Alegre e Rui Knopfli, percebemos que, ainda que autores idiossincráticos, apresentam muitos traços em comum – ficam patentes, por exemplo, alguns procedimentos e temas, como o de transformar componentes de uma ordem biográfica, repetidos em diversos textos, em matéria literária, bem como as decepções políticas, o sentimento de não pertencimento, seus deslocamentos e descentramentos, a busca incessante pela pátria, até seu alcance possível: pátria é a poesia. E, permeando todas essas questões, o exílio, sempre implicado.

A relevância do exílio exige-nos uma atenção à parte para melhor compreender essas poéticas. Trata-se de até mesmo inseri-las em, como visto por Edward Said, uma certa tópica ou categoria literária, a “literatura de exílio” (SAID, 2003, p. 56).

Tal *topos* remonta a séculos atrás, e inclui autores desde Ovídio, passando por Camões e atingindo muitos dos clássicos do século XX, considerado o “século

dos deslocamentos” em particular devido às grandes guerras e aos regimes totalitários em diversos países europeus, sem esquecermos das saídas, mesmo se temporárias, de grupos africanos para outros continentes, principalmente por motivações políticas. Alguns desdobramentos dos exílios inclusive fizeram com que se pensassem em termos adjacentes, como a conceituação de ‘desexílio’ (um retorno do exílio, como observado pelo ex-exilado escritor uruguaio Mario Benedetti, 1983) e de ‘insílio’ (para o exílio que não necessariamente pressupõe deslocamento espacial; refere-se basicamente ao *sentimento* de deslocado – conforme a brasileira Miriam Lidia Volpe (2005) observou em trabalho seu e, antes ainda, o estadunidense Paul Ilie (1980) já pensara como “inner exile”). (E nesses termos, quanto aos nossos poetas, somente Manuel Alegre experimenta o desexílio; quanto ao insílio, ambos o reportam – Knopfli já antes de partir, e Alegre um pouco antes e durante todo o depois de seu retorno.)

O exílio levado por diversos escritores para seus textos costuma ser observado de modo disfórico, até mesmo porque calcados em suas experiências de separação de seus locais originais, suas famílias, seus amigos, seus valores e afins. Como destaca o pesquisador Carlos André (2011), em geral, e desde Ovídio, há traços como uma insistência na dor e no pranto, a reiteração da injustiça, o apego à terra natal ou a dor do desterro.

Em Knopfli e Alegre, são aspectos certamente encontrados, que muitas vezes dão o tom de seus textos poéticos – dão o tom, o tema e a rota. É a partir da experiência efetiva do exílio (ou em seu percurso de insílio-exílio) que, no poeta moçambicano, se redesenha a noção de ‘pátria’, e se altera a temática básica de suas produções textuais – pátria é a linguagem em uso poético, pátria é a poesia. Já no poeta português, é a partir de seu desexílio (ou em seu percurso exílio-desexílio-insílio) que se percebe uma mudança fulcral em suas produções poéticas, em que também se redesenha a noção de ‘pátria’, e se altera a temática básica: do épico, do heroico, da pátria coletiva e a ser libertada, passa-se à pátria possível, pátria é a linguagem em uso poético, pátria é a poesia.

Poesia esta que pode funcionar como um dos raros espaços intervalares em que finalmente é possível se experimentar uma certa “paragem” da vertiginosidade do fluxo da vida, ver-se imerso em um silêncio que, em verdade, não é vazio, senão pleno e embebido em linguagem poética, tão aos moldes das águas e dos desertos tão frequentes nos textos de ambos. Poesia esta que permite a reflexão, o pensar, o conhecer (a si e ao mundo), o escrever (a si e ao mundo) –

uma “po-ética”, como chamou a pesquisadora Anabelle Considera em sua tese sobre Alegre (CONSIDERA, 2005). Poesia esta em que, ao mesmo tempo, se opera o que Diana Klinger chama de “uma introspecção e uma abertura ao outro sobre si mesmo” (2007, p. 29). Poesia esta que, sempre ao lado, não abandona nunca nem mesmo na morte e pode, até mesmo, ultrapassá-la.

Enfim: não estamos obviamente diante da vida de Rui Knopfli ou da de Manuel Alegre, mas de uma construção discursiva, de uma forma pública de se olhar para o que será lembrado, para o que restará daqueles sujeitos após sua morte; uma sua persona de autor, enfim. Sua sina de poetas deslocados e descentrados que encontraram na Poesia o consolo para o exílio, o insílio e a morte. E cujos textos, enfim, são dignos de entrar como *hupomnêmata* para a escrita de si, de nós, de mim.

Referências

- ALEGRE, Manuel. *Poesia*. Vol. I e II. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2009.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso. Ovídio e Camões. In AGUIAR E SILVA, Vítor. (Coord.). *Dicionário de Luís de Camões*. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.
- BENEDETTI, Mario. *El “desexilio”*. El País, 18 abr. 1983. Disponível em: <http://elpais.com/diario/1983/04/18/opinion/419464807_850215.html>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CONSIDERA, Anabelle Loivos. *Como uma carga de cavalaria: ética e poética em Manuel Alegre*. 2005. Tese (Doutorado em Letras).. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2005.
- FERRY, Luc. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Trad. Vera Lucia dos Reis. Rio de Janeiro. Objetiva, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si: In *Ditos e escritos: ética, sexualidade, política*.. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- INÁCIO, Emerson da Cruz. *A herança invisível: ecos da “literatura viva” na poesia de Alberto*. Manaus: UEA Edições, 2013.
- KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- KNOPFLI, Rui. *Memória consentida*. Lisboa: Casa da Moeda, 1982.

LUGARINHO, Mário César. Dizer EU em África: poesia e subjetividade. *Revista do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Scripta*, v. 7, n. 13, p. 314-319, 2003.

LUGARINHO, Mário César. *Manuel Alegre: mito, memória e utopia*. Lisboa: Edições Colibri/ Instituto de Estudos de Literatura Tradicional, 2005.

RÉGIO, José. Literatura viva. In *Páginas de doutrina e crítica da "Presença"*. Prefácio e notas de João Gaspar Simões. Porto: Brasília Editora, 1977. p. 17-20.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio. In *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VOLPE, Miriam Lidia. *Geografias de exílio*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.